



## **PARAOLIMPIÁDA OU PARALIMPIÁDA NO JORNAL FOLHA DE S.PAULO: UMA QUESTÃO DE DISPUTA ORTOGRÁFICA?**

### **‘PARAOLIMPIÁDA’ OR ‘PARALIMPIÁDA’ IN THE NEWSPAPER FOLHA DE S.PAULO: A QUESTION OF ORTHOGRAPHIC DISPUTE?**

**Clevisvaldo Pinheiro Lima\***  
UNICAMP/UFPI

***Resumo:** Em novembro de 2011, no lançamento das logomarcas oficiais dos jogos olímpicos e paraolímpicos ou paralímpicos do RIO 2016, o presidente do então Comitê Paraolímpico Brasileiro anunciou que o comitê brasileiro passaria a ser chamado de comitê paralímpico, bem como as paraolimpíadas passariam a ser nomeadas paralimpíadas. Embora tal decisão tenha sido acatada por diferentes meios de comunicação da imprensa brasileira, o Jornal Folha de São Paulo e sua plataforma online UOL, amparados em um discurso gramatical por meio de seu então colunista Pasquale Cipro Neto, decidiram pela não supressão do “o” desses termos e continuaram a enunciar em suas matérias paraolimpíada e paraolímpico. Nesse sentido, este trabalho visa compreender, pela história das ideias linguísticas, e utilizando como aporte teórico metodológico a análise de discurso materialista, de que ordem é essa disputa, entre a exigência de uma alteração ortográfica e sua não adesão pela Folha e pelo UOL.*

***Palavras-Chave:** Paraolimpíada, Paralimpíada, Gramática, Dicionário, História das ideias linguísticas.*

***Abstract:** In November 2011, at the launch of the official logos of the Rio 2016 Olympic and Paralympic or Paralympic Games, the president of the then Brazilian Paralympic Committee announced that the Brazilian committee would be called the Paralympic Committee, as well as the Paralympics would*

*be named Paralympics. Although this decision was accepted by different media in the Brazilian press, the Folha de São Paulo newspaper and its online platform UOL, supported by a grammatical discourse through its then columnist Pasquale Cipro Neto, decided not to suppress the “o” these terms and continued to enunciate in their Paralympic and Paralympic stories. In this sense, this work aims to understand, through the history of linguistic ideas, and using as methodological theoretical support the analysis of materialist discourse, of what order is this dispute, between the demand for an orthographic change and its non-adherence by Folha and UOL.*

**Keywords:** *Paralympics, Paralympics, Grammar, Dictionary, History of linguistic ideas.*

*O simples falar ou tomar a palavra é em si uma prática política, com todas as suas implicações [...] Usar uma palavra e não usar outra é fazer recortes em regiões de sentidos sem ter nenhuma garantia de um entendimento absoluto, é inscrever-se em redes de filiações de sentidos, as memórias e esquecimentos constitutivos do dizer.*

Mariani (2004, p.40).

## **1. Introdução**

Em novembro de 2011, no lançamento das logomarcas oficiais dos jogos olímpicos e *paraolímpicos* ou *paralímpicos* do RIO 2016, o presidente do então Comitê Paraolímpico Brasileiro, doravante CPB, anunciou que atenderia às reiteradas solicitações do *International Paralympic Committee* -IPC, e que o comitê brasileiro passaria a ser chamado de *comitê paralímpico*, bem como as *paraolimpíadas* passariam a ser nomeadas *paralimpíadas*. Embora tal decisão tenha sido acatada por diferentes meios de comunicação da imprensa brasileira<sup>1</sup>, o Jornal Folha de São Paulo e sua plataforma online UOL, amparados em um discurso gramatical por meio de seu então colunista Pasquale Cipro Neto, decidiram pela não supressão do “o” desses termos e continuaram a enunciar em suas matérias *paraolimpíada* e *paraolímpico*<sup>2</sup>.

Nesse sentido, este trabalho visa compreender, pela história das ideias linguísticas, e utilizando como aporte teórico metodológico a análise de discurso materialista, de que ordem é essa disputa, entre a exigência de uma alteração ortográfica e sua não adesão pela Folha e pelo UOL. Procura apreender, ainda, o que significa o amparo desses meios de comunicação na gramática e no dicionário, considerando o processo de gramatização da língua portuguesa no Brasil e entendendo por gramatização “o processo que conduz a descrever e a instrumentalizar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 2014 p. 65).

Por esse motivo, e considerando que a notícia publicada pela Folha se constitui em um discurso sobre a língua, uma vez que traz a língua enquanto um objeto a ser debatido<sup>3</sup>, lançando mão de um discurso gramatical, consideramos em nossas análises não apenas a notícia em si, mas os dicionários, analisando os verbetes trazidos por estes e que sustentam as formas ortográficas *paralímpico* ou *paraolímpico*.

## **2. Os termos ‘paralímpico’ e ‘paralimpíada’ a partir do processo de gramatização no Brasil**

Para adentrar no debate acerca do uso dos termos ‘paraolimpíada’ e ‘paraolímpico’ x ‘paralimpíada’ e ‘paralímpico’, e para que se possa ter uma melhor compreensão sobre o que significou (significa) o posicionamento assumido pelo jornal *Folha de S.Paulo* frente a este, começamos por discutir sobre o processo de gramatização da língua portuguesa no Brasil.

### **2.1. A língua portuguesa e seu processo de gramatização**

A língua enquanto uma unidade apreensível e descritível (e por isso uma unidade imaginária) é fruto de um processo de gramatização. Este, no entanto, não pode ser entendido apenas como um processo de produção de instrumentos linguísticos (gramáticas e dicionários) sobre a língua, uma vez que consiste na instauração de novas condições de produção para o funcionamento desta. A gramática, por exemplo, torna-se uma técnica pedagógica de aprendizado, aplicável a toda língua, inclusive à língua materna, bem como um meio de descrevê-las (AUROUX, 2014).

Auroux (2014) nos diz ainda que enquanto uma gramática de “procedimentos gerais para engendrar/decompor enunciados” (AUROUX, 2014, p. 72), os dicionários, que inicialmente não faziam parte da tradição linguística, passam a fornecer “os *itens* que se trata de arranjar/interpretar segundo esse procedimento” ((AUROUX, 2014, p. 72).

Para Auroux (2014), a revolução que a gramatização representa é um movimento que afeta a vida social a longo prazo, ressaltando que este é um processo que nunca termina “porque, de um lado, as línguas evoluem, e, de outro, é difícil definir até onde se pode levar o processo de gramatização” (AUROUX, 2014, p. 75). De acordo com o autor, uma língua pode ser considerada gramatizada quando podemos aprendê-la apenas utilizando os instrumentos linguísticos disponíveis.

Importante destacar que, se por um lado, o processo de gramatização da língua portuguesa no Brasil faz parte de um processo de gramatização mais geral, massivo que ocorreu na Europa a partir do século XVI, tal como mostra Auroux (2014), por outro lado, este possui condições específicas como mostram os trabalhos realizados por Guimarães (1996), Orlandi (2000, 2009), Mariani (2004), entre outros pesquisadores na área.

Na Europa, a gramatização, segundo Auroux (2014), se dá, a princípio, em virtude do desaparecimento do latim vernáculo e da conservação do latim como língua de administração e da cultura intelectual e religiosa e, em seguida, da necessidade de aprendizagem de uma língua estrangeira e do desenvolvimento de uma política de expansão linguística de uso interno e externo que propiciariam o estabelecimento de relações comerciais e políticas, a realização de expedições militares e explorações além da implantação de uma doutrina religiosa e colonizadora. Ressalta-se ainda o estabelecimento de uma política linguística, para organizar e regular uma língua literária.

Esse processo desemboca, no ‘velho continente’, na formação das línguas nacionais e, no ‘novo mundo’, nos territórios conquistados, no conhecimento da língua dos povos conquistados, para o controle político, além da contenção da variabilidade linguística, ao fixar línguas orais. Fato que, no que concerne especificamente ao caso do Brasil, resulta na constituição das línguas gerais, resultantes de tensões entre a língua portuguesa, as inúmeras línguas indígenas existentes no território brasileiro e, posteriormente, com o processo de escravização

africana, as distintas línguas africanas, além de outras línguas que transitaram em espaços-tempos específicos na disputa pelo território como o Holandês e o Francês, por exemplo.

Mariani (2004) destaca que a história da língua nacional brasileira começa com a(s) língua(s) geral(is) numa relação de descontinuidades e tensões em que se confrontam diferentes línguas, com suas diferentes memórias e em condições assimétricas de poder em que a língua portuguesa, enquanto língua colonizadora, constituída de aparatos políticos e jurídicos, se impõe sobre a língua geral, enquanto língua colonizada. É relevante pontuar, no entanto, que dada a heterogeneidade linguística<sup>4</sup> e embora mobilize uma memória europeia, o português falado no Brasil “historicizou-se de modo diferente em função do contato com as demais línguas e em função da própria formação histórico-social e posterior transformação política da colônia em nação independente” (MARIANI, 2004, p.22).

Ao tratar sobre a questão do processo de gramatização do Brasil, Guimarães (1996) destaca que este pode ser analisado a partir de quatro períodos: do ‘descobrimento’ até a primeira metade do século XIX, caracterizado, basicamente, “por não haver ainda estudos de língua portuguesa feitos no Brasil” (GUIMARÃES, 1996, p. 128); da segunda metade do século XIX até o fim dos anos 1930, quando surgem as primeiras faculdades de Letras no Brasil; do fim dos anos 30 até meados da década de sessenta, quando a linguística se torna uma disciplina obrigatória aos cursos de Letras; de meados da década de sessenta até hoje, período em que surgem as pós-graduações em Linguística.

Como se percebe, não havia, no primeiro período, uma política linguística voltada para a configuração de instrumentos linguísticos que sustentassem a língua portuguesa enquanto língua nacional, no território brasileiro, uma vez que a política linguística estava voltada para a apropriação do território por meio de um conhecimento linguístico que permitisse administrar o outro da colonização: os índios.

Segundo Nunes (2006), havia um trabalho de descrição de línguas indígenas que prevaleceu durante quase três séculos, fundamental não apenas para o que Mariani (2004) chamou de colonização linguística, ou seja, a imposição da língua, e das ideias linguísticas da metrópole, sobre a(s) língua(s) do colonizado, como para o projeto de expansão territorial, de ações de doutrinação da igreja católica e do efeito imaginário de homogeneização linguística. Nunes (2006) chama a

atenção para o fato de que é esse mesmo processo de gramatização das línguas indígenas que será reivindicado para atestar a existência de uma língua nacional distinta do português de Portugal. De acordo com o autor,

um dos principais argumentos para a legitimação desta é justamente a presença de elementos lexicais provindos do contato com línguas indígenas, assim como línguas africanas. [...] é essa filiação indígena, e não apenas a origem latina, como no caso do português, do espanhol, do francês etc., que é solicitada para a construção da unidade linguística nacional (NUNES, 2006, p. 51).

Sobre isso Orlandi (2008) dirá que não se pode negligenciar a contribuição das línguas indígenas, uma vez que estas estão no interior dos processos de significação e na produção das formas do português brasileiro; a autora acrescenta que foi pelo apagamento destas que o português pode se estabelecer como uma língua nacional. Essa tentativa de construção de uma unidade linguística mencionada por Nunes (2006) dá-se, no entanto, apenas a partir do século XIX, quando os estudos de linguagem passam a se caracterizar como uma questão brasileira, quando passamos a ter o português do Brasil e não apenas o Português. Até então, “a questão de linguagem era só um modo de apropriação do Brasil pela Europa (GUIMARÃES e ORLANDI, 1996, p. 10).

É importante frisar que esse movimento de constituição de uma língua nacional do/no Brasil não se deu de forma homogênea. Ao contrário, o processo de gramatização do Português aqui falado foi, segundo Mariani e Sousa (1996), marcado por várias tendências. Havia os nacionalistas, que entendiam que o país deveria ter uma “língua brasileira”, com léxico, sintaxe e ortoepia próprios, por entenderem que o português que aqui se falava e se escrevia era diferente do Português de Portugal, o que fazia necessário estabelecer as especificidades do português do Brasil. Havia os conservadores, que defendiam a manutenção da língua como um legado de Portugal e que defendiam, portanto, uma aproximação cada vez maior entre os países. E havia aqueles preocupados exclusivamente com a questão

ortográfica devido às divergências existentes entre a língua oral e a escrita.

Apesar dessas divergências de entendimento acerca da língua portuguesa que faz parte do processo de gramatização do português no Brasil, Orlandi (2000) afirma que no que diz respeito ao processo de gramatização no Brasil, tal processo

mais do que um processo de construção de um saber sobre a língua nacional, tem como consequência algo mais substancial e definidor: a constituição de um sujeito nacional, um cidadão brasileiro com sua língua própria, visível na gramática (ORLANDI, 2000, p.28).

Assim, nesse período do processo de gramatização em que se produzia por meio de discursos sobre a língua a visibilidade de singularidades tanto linguísticas quanto históricas em relação a Portugal, implicando não apenas em uma construção de uma identidade linguística nacional, mas também na configuração da evidência do que era ser (e quem podia ser, por consequência) cidadão brasileiro, e do próprio Brasil enquanto Estado, ser autor de uma gramática significava “ser aquele que, do ponto de vista de quem pode falar sobre a língua, de quem a sabe, coloca-se numa posição de quem faz a própria história” (BALDINI, 2010, p. 21).

Orlandi (2000), por sua vez, afirma que ser autor de uma gramática nesse período, é assumir a posição de um saber linguístico que não reflete meramente o saber gramatical português, mas tem uma posição de autoridade em relação à singularidade do português no Brasil. Isso porque, segundo a autora, a gramática é tomada como um lugar de construção e representação da unidade do Estado e da identidade do cidadão brasileiro, o “gesto do gramático, que é um gesto de interpretação em relação à língua que falamos, tem como projeção o sujeito e a língua nacional, referidos ao Estado” (ORLANDI, 2000, p. 28). Nesse sentido, a gramática é tida como o lugar em que se institui a identidade linguística, a identidade nacional e a identidade do cidadão na sociedade brasileira.

Contudo, segundo Orlandi (2000), após essa fase, no início de 1900, esse cenário se modifica. Com a configuração do Estado brasileiro já

estabelecida, ele mesmo passa a garantir nossa diferença em relação a Portugal. Além disso, segundo a autora, “surge a Academia Brasileira de Letras – ABL, firmam-se acordos ortográficos, criam-se Faculdades, já que a instituição Escola adquire maturidade” (ORLANDI, 2000, p. 29). Com isso, as gramáticas deixam de ter a função de dar forma aos limites da identidade brasileira, só o de mantê-los.

Orlandi (2000) nos informa ainda que em virtude disso, a produção de gramáticas passa a ter outra forma e sentido, cujas diferenças “já não referem a autorias de gramáticos em suas filiações, mas dizem respeito às diferenças descritivas e analíticas” (ORLANDI, 2000, p. 29). Esta nos diz ainda que em virtude da profusão de gramáticas que passou a existir no país cria-se a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), que, a partir de um decreto, estabelece a homogeneidade de uma terminologia trazendo para si a responsabilidade de um saber sobre a língua. Assim, a autoria de saber sobre a língua deixa de ser uma posição do gramático e passa a ser do linguista, “há uma transferência do conhecimento do gramático para o linguista” (ORLANDI, 2000, p. 30). Em virtude dessas mudanças, passa a caber aos gramáticos questões de ordem normativa e de uniformidade terminológica bem como o desígnio pedagógico da língua nacional (ORLANDI, 2000).

## 2.2. Paraolimpíada x Paralimpíada

São exatamente essas as questões trazidas pelo jornal Folha de São Paulo, na voz de seu colunista Pasquale Cipro Neto, um gramático, acerca do não uso do termo paralímpico em detrimento de paraolímpico na matéria que circulou no dia 08 de setembro de 2016, como se observa a seguir:

B2 cotidiano ★ ★ ★ QUINTA-FEIRA, 8 DE SETEMBRO DE 2016 FOLHA DE S. PAULO

---

ENQUANTO ESCREVO este texto, a cerimônia de abertura da Paraolimpíada (ou Paralimpíada?) está em pleno curso. Na maior parte dos sites, jornais e emissoras de rádio e TV, predomina a forma “Paralimpíada”, como desejam os comitês oficiais (o Olímpico e o Paralímpico). No UOL e na Folha, a forma empregada é “Paraolimpíada”, como determinam os cineastas da língua. Não quero me meter na discussão sobre as razões que o Comitê Paralímpico Internacional (International Paralympic Committee) tem para exigir que se suprima o “o” de “olympic”, e consequentemente, de “olímpico” na formação do nome do comitê em inglês, português etc. Parece que o que motiva o CPI (CPI, no original) a impor a supressão do “o” é algo de fundo comercial e sabe Deus mais o quê.

O que temos em “paralímpico” (ou “paralimpíco”?) é a formação

# ‘Paraolimpíada’ x ‘Paralimpíada’

PASQUALE CIPRO NETO

O “Housias”, o “Aniete” e o “VOLP” ignoram solenemente as formas impostas pelos comitês internacionais, ou seja, só registram “paraolímpico” e “paraolimpíada”.

Aproveito para lembrar um caso que não é propriamente semelhante, mas tem alguma afinidade. Refiro-me à Petrobras, que, quando fundada, era “Petrobrás”, e assim ficou até a década de 90, quando perdeu o acento agudo. Os argumentos foram bizarras. Um deles dizia que “não existe acento em inglês”. De acordo com esses glosos, investidores internacionais poderiam achar que se tratava de um apócope (“Petrobrás”), o que poderia fazer um gringo achar que...

...Haja bobagem! Como se sabe, a suíça Nestlé nunca prosperou em conto nenhum do mundo justamente e por causa do acento... É isso.

webcnp@com.br

COLUMNISTA DESTA SEMANA segundo: Guilherme Wirth; terça: Rosely Sayde; quarta: João Marques; quinta: Pasquale Cipro Neto; sexta: Tull Bonatti; sábado: Luís Francisco Carvalho Filho; domingo: Antônio Prata

Figura 1 – matéria do jornal *Folha de S.Paulo*. Fonte: Acervo Folha

Observemos inicialmente o seguinte trecho:

“portuguesmente” falando, essa supressão do “o” não faz o menor sentido, já que, na **nossa língua** o que **pode ocorrer** é a supressão da vogal final do primeiro elemento e **não** da vogal inicial do segundo elemento. Vejamos: de “hidr(o)-” + “elétrico” tem-se “hidroelétrico” ou “hidrelétrico”; de “gastr(o)-” + “intestinal” tem-se “gastrointestinal” ou “gastrintestinal” (e não “gastrontestinal”) (Folha de S. Paulo, 08 de setembro de 2016) (grifo nosso).

Auroux (2014) nos diz que enquanto um instrumento tecnológico da língua e, portanto, capaz de modificar a relação do sujeito com a língua, a gramática tornou-se simultaneamente uma técnica de aprendizagem das línguas e um meio de descrevê-las. Dotadas de um conteúdo relativamente estável, estas em geral tratam de questões de ortografia, morfologia, sintaxe e figuras de construção, “geralmente se apoiando sobre uma discussão do que seja o ‘bom uso’” da língua (AUROUX, 2014, p. 70).

No que se refere à justificativa da Folha pela manutenção do termo paraolímpico vemos, no recorte acima, o funcionamento de duas diferentes discursividades. A primeira é de ordem normativo-descritiva, na qual pela evidência e pela transparência de um discurso gramatical diz-se aquilo que pode e que não pode ocorrer acerca do processo de formação de palavras da língua portuguesa. Tem-se, assim, a construção da expressão: “**X pode ocorrer** e **Y não**”, sendo ‘X’ as palavras ‘hidrelétrico’ e ‘gastrintestinal’ e ‘Y’ a palavra ‘paralímpico’. Interessante observar, contudo, que o que sustenta tal formulação e que funciona como norma, estando esta no plano da evidência, não é uma regra gramatical, mas a constatação de outras ocorrências. O fato, no nosso entendimento, constitui-se como um equívoco<sup>5</sup>, pois, ao mesmo tempo em que faz uso de um discurso normativo ao enunciar “**X pode ocorrer** e **Y não**”, utiliza como justificativa, questões da ordem do uso da língua, de sua descrição para sustentar uma norma. Ou seja a descrição do uso e não das regras gramaticais é o lugar de sustentação da norma<sup>6</sup>.

Outro aspecto interessante de se observar no recorte em análise diz respeito ao movimento da memória<sup>7</sup> no processo de gramatização do português brasileiro: A presença da expressão “*na nossa língua*”, e posteriormente voltaremos a discutir sobre essa expressão, (re)atualiza como acontecimento a necessidade de estabelecer uma especificidade em relação ao outro e de “manter os limites de nossa identidade, através da especificidade da língua portuguesa no Brasil” (BALDINI, 2010, p. 22), de ter direito a uma unidade enquanto nação, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, não especifica. A quem essa expressão “*nossa língua*” se refere? Veremos isso adiante.

É possível dizer que há na resistência à adoção da forma ortográfica ‘paralímpico’, uma resistência à transliteração do termo em inglês *paralympic*, fruto de um posicionamento pautado não apenas na ordem da gramática<sup>8</sup>, mas do político<sup>9</sup>. Mariani (1998, p. 82) afirma que a mídia tem atuação efetiva na tomada de decisões políticas e que “noticiar, no discurso jornalístico, é tornar os acontecimentos visíveis de modo a impedir a circulação de sentidos indesejáveis, ou seja, determinar **um** sentido” (grifo da autora). Assim, nega-se o uso dos termos ‘paralímpico’ e ‘paralimpíada’ por inseri-los, como trabalha Mariani (1998), no campo do Outro, do indizível, do indesejável e, ao fazer isso, afirma-se a identidade brasileira e reforça-se os termos ‘paraolímpico’ e ‘paraolimpíada’ como termos do bem dizer, num gesto de fortalecimento da língua portuguesa do Brasil frente ao silenciamento imposto pelo inglês que, por um efeito de memória, também atualizada, funcionaria aqui como uma língua colonizadora.

No período em que foi colônia portuguesa, o processo de colonização linguística do/no Brasil ocorreu pela imposição da língua do colonizador a partir de uma ideologia do déficit (MARIANI, 2004), ou seja, pela consideração da língua do colonizado como não civilizada e, portanto, reflexo de uma carência geral, da ausência de uma civilização. A atualização da memória desse acontecimento ocorre pelo processo de globalização em que, dado o constante contato entre falantes de outras línguas e o caráter de língua franca do inglês em diferentes cenários, aí incluído o esportivo, tem-se não apenas a importação de palavras (neologismos, estrangeirismos, anglicismos), mas uma sobreposição da língua inglesa, por fatores não apenas linguísticos, mas sócio-políticos e econômicos, em detrimento das outras línguas.

Voltando ao uso da expressão “na nossa língua” pela Folha, podemos nos indagar se tal expressão se refere<sup>10</sup> à língua portuguesa falada no Brasil ou à Língua Portuguesa enquanto uma ‘unidade’ imaginária falada pelos países lusófonos. Orlandi (2009) salienta que, embora a Língua Portuguesa se apresente com uma certa unidade, já não podemos dizer que falamos a mesma língua que os portugueses. “Temos sociedades politicamente distintas com diferenciação cultural e afastamento no espaço” (ORLANDI, 2009, p. 88). A questão dos termos *paraolímpico* ou *paralímpico* pode ser tomada como uma materialização desse processo especialmente ao consultarmos instrumentos linguísticos como os dicionários e as listas de palavras das Academias Brasileiras de Letras do Brasil e de Portugal.

O Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), da Academia das Ciências de Lisboa, traz em seu corpus tanto o termo *paraolímpico* quanto o termo *paralímpico*, o VOLP da Academia Brasileira de Letras, no entanto, traz apenas o termo *paraolímpico*. Essa distinção também é percebida quando consultamos os dicionários, uma vez que tanto o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea (2001) da Academia das Ciências de Lisboa quanto o Dicionário da Língua Portuguesa, da Editora Porto (2010), trazem ambos as possibilidades de ortografia, ‘*paralímpico*’ e ‘*paraolímpico*’ enquanto os principais dicionários brasileiros, Aurélio (2010), Houaiss (2001), Michaelis (1998), Dicionário da UNESP (2004), em sua versão impressa<sup>11</sup>, trazem apenas o termo *paraolímpico*. Além disso, enquanto, no Brasil, o comitê desportivo voltado às pessoas com deficiência foi fundado como comitê ‘*paraolímpico*’ e só posteriormente teve seu nome alterado, por recomendações do comitê internacional e em virtude de ser o país sede dos jogos Rio 2016, em Portugal<sup>12</sup>, o mesmo comitê já nasceu intitulado comitê ‘*paralímpico*’.

Temos, então, no Brasil uma só forma para o termo quando se observa um instrumento como o VOLP, e duas formas quando olhamos para instrumentos linguísticos da língua portuguesa europeia. Isso nos mostra que houve uma escolha da parte do Comitê português, e não que uma ou outra forma esteja errada ou certa<sup>13</sup>. No Brasil, a alteração é feita a pedido, mas há a resistência de um instrumento midiático (FOLHA/UOL). E a resistência se sustenta por um argumento de erro. Nesse sentido, lembramos Pfeiffer (2001) quando salienta que a relação do jornal com a língua continua sendo intermediada por uma ideia de

gramática de uma língua regular, a-histórica, fixa e transparente. Isso posto, outro importante ponto a ser observado é que na justificativa de sua recusa à supressão da vogal “o”, a Folha toma a palavra *paralímpico* na evidência de que se trata de um processo de prefixação,

O que temos em “paraolímpico” (ou paralímpico?) é a formação de um termo que resulta da soma do elemento grego “par(a)-” com o adjetivo “olímpico” [...] A Paraolimpíada (ou paralimpíada?) não é a Olimpíada, mas segue muitos de seus ritos (os esportes, as premiações, as cerimônias, o espírito que norteia as competições etc.), ou seja, é algo paralelo à Olimpíada, daí o nome levar o “par(a)-”.

É interessante observar que ao justificar que “A paraolimpíada (ou paralimpíada?) não é a Olimpíada, mas segue muito de seus ritos, [...] ou seja, é algo paralelo à Olimpíada” a Folha se utiliza de argumentos semelhantes àqueles citados por Mariani (2004) e Auroux (2014). Mariani (2004) nos informa que a instituição do sítio de significância sobre as línguas indígenas como línguas precárias e inferiores às línguas europeias se dá inicialmente a partir do enunciado inaugural de Pero de Magalhães Gândavo ao afirmar que as línguas indígenas não tinham F, L e R e, portanto, não teriam Fé nem Lei nem Rei. Situação semelhante àquela dada por Auroux (2014), ao tratar sobre a descontinuidade teórica da etimologia medieval, “*homo* vem de *humus*, porque o homem vem da terra” (AUROUX, 2014, p. 97).

Além disso, interpelada por esse lugar<sup>14</sup> que compreende a existência de uma língua correta e adequada, a Folha desconsidera que existem duas possibilidades de interpretação para a etimologia do vocábulo ‘*paralympic*’ e, por consequência, para a palavra ‘paralímpico’. Há, além do entendimento de que esta é resultado de um processo de prefixação, o entendimento de que se trata de um processo de amálgama, ou seja, como uma nova palavra formada a partir da fusão de duas palavras já existentes.

Segundo o *International Paralympic Committee* (Comitê Paralímpico Internacional) - IPC (2019), “não há provas escritas de como, quando e por quem o termo *paralympic* foi usado pela primeira vez e qual era seu significado original. Foi provavelmente pensado

como um trocadilho da fusão das palavras ‘paraplégico’ e ‘olímpico’”<sup>15</sup> uma vez que estes foram inicialmente pensados como uma prática de reabilitação destinada aos veteranos de guerra e civis afetados pelos combates da II Guerra mundial e que ficaram paraplégicos (BAILEY, 2007).

Contudo, a partir da inserção no evento de outras modalidades esportivas que passaram a contemplar pessoas com outros tipos de deficiência e com a criação oficial do IPC em setembro de 1989 (IPC, 2019), adotou-se o entendimento de que o nome *paralympic* é resultado da combinação da preposição grega “para” que significa ‘paralelo a’, ‘ao lado de’ com a palavra ‘olímpico’ o que significaria que os jogos *paralímpicos* ou *paraolímpicos* ocorrem paralelo aos jogos olímpicos<sup>16</sup>.

Observa-se assim que “sob o ‘mesmo’ da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva” (PÊCHEUX, 2015, p. 47) e o nome em questão deixa de ser tomado como um caso de amálgama, (*blending* em inglês), para ser considerado por um aspecto morfológico, a partir de um processo de formação de palavras, no qual o prefixo grego *para* se une à palavra *olimpíada*, que significaria sua ocorrência em paralelo aos jogos olímpicos.

É nesse sentido que Nunes (2006) afirma que não há uma origem ‘pura’ do discurso, há sempre historicidade em um processo ininterrupto de produção de sentidos. É também por isso que este mesmo autor afirma que são os estudos discursivos e de história das ideias linguísticas que propiciam condições metodológicas para se ler as gramáticas e os dicionários, instrumentos que desempenham um papel fundamental na reprodução, transformação e circulação dos discursos em uma sociedade (NUNES, 2006, p. 13). E é ao recorrermos aos dicionários, tanto de língua inglesa quanto de línguas latinas, que vemos funcionando ambas as possibilidades.

O Oxford English Dictionary (2019) descreve o verbete *paralympic* como resultado de um “blend of paraplegic and Olympic”, mesma descrição dada pelo Dicionario panhispánico de dudas (2005) da Real Academia Española que define paralímpico como “voz tomada del inglés paralympic, acrónimo de para[plegic] + [o]lympic” e pelo Dicionário da Língua Portuguesa da Editora Porto “Do ing. *paralympic*, amálgama de *para(plegic)* + *(o)lympic*”. Já o dicionário inglês *American Heritage Dictionary of English Language* (2016), por outro

lado, traz o verbete de *paralympic* como resultado de “[PARA<sup>-1</sup> + (O)LYMPIC.]”, explicação equivalente à encontrada no Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea (2001) da Academia das Ciências de Lisboa cuja entrada é ‘para-olímpico’ resultado “de para + olímpico”.

No caso dos dicionários brasileiros, o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001) traz grafado o termo paraolímpico como etimologicamente resultante de “par(a)- + olimpíada” mesmo caminho seguido pelo Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa (2019) “gr para + olimpíada” e pelo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2010) “De par(a)- + olimpíadas”. O Dicionário UNESP do Português Contemporâneo (2004) não apresenta nenhuma proposta de origem etimológica para o termo em questão.

Como se observa, os dicionários apresentam diferentes interpretações para a etimologia do termo *paraolimpíada* ou *paralimpíada*. Isso se deve, segundo Rojo (2003), às incertezas sobre quando e como o termo em inglês *paralympic* começou a ser utilizado. Segundo este autor, na língua espanhola, por exemplo, há linguistas que defendem tanto o termo paraolimpíada, considerando que se trata do prefixo grego *para*, quanto os que defendem o termo paralimpíada, considerando que se trata de um caso de amálgama e que o primeiro componente *para-* apenas coincide com o prefixo grego *para-*.

Rojo (2003) destaca ainda que em virtude desse empasse a *Secretaria de Estado para el Deporte* solicitou que a Academia Real Espanhola se posicionasse sobre o assunto e esta posicionou-se favorável ao termo paralímpico dado que este é o termo consagrado pelos comitês internacional e espanhol, postura que para Rojo (2003, p. 03) “nos ilustra de como la norma léxica se construye como una convención social basada en criterios no solo lingüísticos sino tambien extralingüísticos”.

Assim, nesse processo de (des)estabilização dos sentidos, os instrumentos linguísticos, gramáticas e dicionários, devem ser vistos como partes da relação com a sociedade e com a história, como discursos que se configuram como instrumentos capazes de transformar o espaço-tempo que envolve os sujeitos, as línguas, as instituições, a história (AUROUX, 2014). Dessa forma, amparada no fato de que os dicionários brasileiros, diferentes de alguns dicionários americanos e espanhóis, não trazem a palavra ‘paraolimpíada’ como um processo de

amálgama, a Folha considera que palavras como ‘paralimpíada’ e ‘paralímpico’ são

formas que surgem de um processo que **não é** da língua [...] espúrias, essas formas contradizem o que é **natural no nosso idioma**, fato que justifica a opção do UOL e da Folha pelas formas vernáculas (grifo nosso).

O primeiro questionamento que fazemos ante o recorte citado é: o que deveríamos entender por “**natural no nosso idioma**”? Se, por um lado, como já mostramos, esse ‘nosso’ não desestabiliza – pela ambiguidade “*nós quem?*” – o efeito imaginário de unidade da língua portuguesa como sendo a mesma língua para todos os países falantes de português, por outro, o que poderia ser considerado *natural* ao assim designado ‘nosso idioma’? Observamos que a língua é aqui tomada pela Folha como a língua da norma, do padrão, do correto, o que Orlandi (2009) denomina de língua imaginária. Assim, enquanto língua imaginária, esta se caracterizaria como fora da história e do político, não fluida, intocável. Por esse entendimento apaga-se a fluidez da língua, aquela “que não pode ser contida em arcações e fórmulas, não se deixa imobilizar, a que vai além das normas” (ORLANDI, 2009, p. 18).

Esse mesmo funcionamento é produzido pela expressão “**não é da língua**”. Como determinar aquilo que é e aquilo que não é da língua? Não é por quê? Apesar da afirmação de que estes termos são oriundos de um processo que não é da língua portuguesa, poderíamos considerar, em termos gramaticais, *paralímpico* e *paralimpíada* como resultados de um empréstimo linguístico. Correia e Lemos (2005) destacam que entre os processos disponíveis na língua portuguesa para a inovação lexical estão não apenas aqueles que recorrem às regras da própria língua, mas ainda à importação de palavras de outras línguas.

Segundo estes autores, o movimento de palavras de uma língua para outra, além de inevitável, é um fenômeno tão natural<sup>17</sup> como a própria existência de línguas diferentes. Estes ainda salientam que “dado o predomínio da língua inglesa como língua de comunicação internacional (científica, técnica, política), pelo predomínio geoestratégico de países de fala anglo-saxônica, a maioria das restantes

línguas é importadora de palavras de língua inglesa” (CORREIA E LEMOS, 2005, p. 52).

Dessa forma, tomadas enquanto empréstimos, os termos *paralímpico* e *paralimpíada* poderiam ser consideradas palavras de origem estrangeira adaptadas ao sistema linguístico de acolhimento em nível fonológico, embora não ortográfico o que, de um ponto de vista da gramática, lugar de discurso da Folha, tornaria tais palavras viáveis à língua portuguesa.

Ao dizer que “não é [...] natural ao nosso idioma” a Folha desconsidera o fato de que a língua é afetada pelo político e de que ela se configura como um espaço político. Sousa e Mariani (1996) nos mostram, por exemplo, que no processo de reforma ortográfica e de unificação da língua escrita em Portugal e no Brasil, tão importante quanto os posicionamentos de suas respectivas academias de letras foram as questões de natureza político-jurídica. Segundo as autoras, se por um lado o discurso dos acadêmicos no Brasil acerca da língua se tornou um discurso de autoridade, a partir do reconhecimento da Academia Brasileira de Letras, por outro, estes se submeteram a “uma política de interesses de alcance bem mais forte do que a política do idioma” (SOUSA, MARIANI, 1996, p. 91).

Assim, identificar a língua à língua imaginária, como se fossem a mesma coisa, como se houvesse coincidência entre elas, e dado o lugar que contemporaneamente tem sido atribuído à imprensa, ou seja, como um espaço em que se encontram os modos como se deve ou não se deve escrever a nossa língua nacional (PFEIFFER, 2001), ocupando “de um lado, um lugar de substituição do livro didático dentro da sala de aula e, de outro, o lugar da própria escola tendo como missão o fornecimento de um conhecimento à distância” (PFEIFFER, 2001, p. 41), a Folha, na busca por uma estabilização e normatização daquilo que pertenceria ou não ao português falado no Brasil, toma todas as outras possibilidades de ocorrências pelo lugar do erro, do desvio à norma, do estranho à língua, do invasivo. E nesse entendimento do jornal como um modelo de bom uso da língua (PFEIFFER, 2001), daquilo que se deve ou não dizer, os manuais de redação exercem um papel primordial.

### **3. A Folha e seu manual de redação**

Os manuais de redação surgem, inicialmente, como resultado de uma necessidade interna das empresas jornalísticas para uma maior sistematização de seu funcionamento e depois, quando estes passam a ser comercializados, como um material de consulta sobre a língua, tal qual os dicionários e as gramáticas, o que os permite considerá-los, assim como estes, como um instrumento linguístico. Para Silva (2001), os manuais de redação constituem-se como um conjunto de ‘respostas prontas’ sobre questões de normatização e padronização da língua utilizadas pelos profissionais de empresas jornalísticas como fontes de consulta.

Segundo a autora, a enunciação do manual produz-se em um espaço discursivo na articulação entre o domínio da língua, ou da gramática, e a prática do jornalismo. Trata-se de “um espaço autoral, de poder dizer sobre a língua a partir de uma posição específica, dada pela prática do jornalismo” (SILVA, 2001, p. 281). Entende-se assim que a imprensa, a partir de seus manuais e pensada não apenas como um meio de comunicação, mas como uma instituição que produz materiais sobre a língua, passa a ter uma visão própria de língua e a ser vista como um lugar institucional que pode falar com autoridade sobre ela (SILVA, 2001).

Estes, não apenas se colocam como obras de consulta sobre a língua, aproximando-se das gramáticas e dos dicionários, como enunciam um ideal de língua, de texto e de seu uso, apontando aquilo que seria uma escrita correta ou uma boa escrita. Dessa forma,

os manuais se constituem em um gesto interpretativo do funcionamento da língua, enquadrando essa língua em uma legalidade jornalística (informacional, comunicacional). Através dos manuais, o discurso jornalístico constitui uma legislação sobre as palavras, em função de um saber autorizado sobre os efeitos delas (SILVA, 2001, p. 303).

Nessa perspectiva, entendemos que a decisão da Folha em se posicionar contrariamente às recomendações dos comitês oficiais e ‘na contramão’ da decisão tomada por outros meios de comunicação sob a justificativa de não desrespeitar o que determinam “os cânones da língua” é consoante com os preceitos de seu manual onde a gramática

é entendida como “uma série de regras que precisam ser conhecidas e seguidas” (Manual da Folha, p. 123) e onde se compromete a “manter a norma culta como referência para a produção do texto” (ibidem, p. 73).

Sobre os manuais de redação dos jornais, Silva (2001) salienta ainda o fato de que estes se inscrevem a partir de três diferentes esferas normativas: uma esfera ético-política, que trata sobre a atuação do jornalista; uma esfera de estilo, própria do texto jornalístico, e uma esfera gramatical, como norma geral da língua. Sobre essa última esfera, Lopes (2012) aponta para o fato de que os manuais, ao serem comercializados para o público em geral, têm substituído a gramática e servido como referência que interfere na relação do sujeito com a língua e na sistematização da língua como um todo. Assim, os manuais, para além de um conjunto de “respostas-prontas” acerca das práticas, condutas e estilo do jornal, tornam-se instrumentos de consulta sobre a língua.

Em 2018, a Folha publicou a quinta versão de seu manual se propondo a “dirimir dúvidas frequentes, indicar procedimentos aconselháveis e consolidar práticas” (Manual da Folha, 2018, p. 08). Dividido em quatro partes, a terceira se detém sobre questões de estilo, regras gramaticais e padrões formais de escrita adotados pela empresa. Nessa parte são disponibilizados uma série de verbetes sobre como estes devem ser escritos, “para assegurar sua identidade” (op. cit., p. 200).

Embora os termos ‘paraolímpico’ e ‘paraolimpíada’ não sejam elencados nessa lista, o verbete ‘estrangeirismos’ nos permite ter uma melhor compreensão sobre a postura adotada pela Folha. Se por um lado, ela reconhece que palavras de origem estrangeira fazem parte da evolução da língua, por outro, orienta seus jornalistas e, conseqüentemente, todos aqueles que fazem uso de seu manual, a preferirem termos equivalentes em português, destacando ainda a importância de se consultar as palavras registradas no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) ou o dicionário adotado pela Redação. Parte exatamente desse princípio o posicionamento desse periódico e sua plataforma online para a não adesão aos termos ‘paralímpico’ e ‘paralimpíada’ uma vez que segundo esta,

O “Houaiss”, o “Aulete” e o VOLP ignoram solenemente as formas impostas pelos comitês internacionais, ou seja, só registram “paraolímpico” e “paraolimpíada” (Folha de S. Paulo, 08 de setembro de 2016).

Há aqui, mais uma vez, a produção de uma discursividade que constrói como efeito de sentido a necessidade de uma proteção da língua portuguesa. Ao salientar a importância de se consultar o VOLP, a Folha resgata a temática nacionalista emergida no segundo período do movimento de gramatização brasileira do português (GUIMARÃES, 1996) que se caracteriza pela fundação da Academia Brasileira de Letras cuja finalidade seria “cuidar da cultura da língua e da literatura nacional” (GUIMARÃES, 1996, p. 130). Contudo, ao fazer uso não apenas do VOLP, mas de outros instrumentos linguísticos para embasar sua recusa em reconhecer os termos ‘paralímpico’ e ‘paralimpíadas’ como elementos da língua portuguesa, a *Folha*, ao nosso ver, também se insere nessa posição de ‘guardiã da língua’ na qual, a partir dela, haveria “um espaço em que se encontram exemplos de *o que* e *o modo que* é correto e incorreto dizer” (PFEIFFER, 2001, p. 42). Apaga-se, assim, a historicidade do processo de constituição do português falado no Brasil e de sua possibilidade de variância.

Além disso, a Folha pauta-se na ilusão imaginária do dicionário como “uma representação unívoca que alcançaria a possibilidade de um sentido único e verdadeiro” (PETRI; SCHERER, 2016, p. 360) desconsiderando o fato de que não há neutralidade na produção dicionarística e que estes são produzidos “por sujeitos falantes da língua [...], em um certo momento sócio-histórico” (PETRI; SCHERER, 2016, p. 361). Isso implica no fato de que estes devem, enquanto instrumentos linguísticos, ser tomados inseridos em uma perspectiva discursiva, como um processo constituído pela relação indissociável entre a história, a ideologia e o político, “trata-se de pensar os instrumentos linguísticos e sua exterioridade constitutiva” (PFEIFFER, 2011, p. 96). Por esse entendimento, observamos que, embora o dicionário Houaiss não contenha em sua versão impressa mais atual os referidos termos, estes já aparecem em sua versão online:

## paralímpico (2008)

princ.

etim.

### adjetivo

m.q. paraolímpico

## paralímpico (2008)

princ.

etim.

malformação vocabular que Portugal e o Brasil passaram a usar (no Brasil, oficialmente a partir de 25 de agosto de 2012), a pedido do Comitê Paralímpico Internacional, para seguir o *ing. paralympic* (games) [ver *paralimpiada*]

Fonte: <https://houaiss.uol.com.br>

## paralimpíada (2008)

princ.

etim.

### substantivo feminino DESP

m.q. paraolimpíada

## paralimpíada (2008)

princ.

etim.

malformação vocabular que Portugal e o Brasil passaram a usar (no Brasil, oficialmente a partir de 25 de agosto de 2012), a pedido do Comitê Paralímpico Internacional, para seguir o *ing. paralympiad* (*paraplegic + olympiad*); o segundo a do pref. *par(a)-* poderia cair no português, nunca o o inicial do segundo elemento do vocábulo

Fonte: <https://houaiss.uol.com.br>

Segundo Costa (2014, p. 39), “denominar, definir, caracterizar, descrever, classificar, redenominar, entre outros, é dar sentido a um objeto x, são gestos interpretativos” e é por meio deles que o sujeito dá sentido a um objeto, a um acontecimento, a um espaço etc., como evidentes. Todavia, esse processo escapa ao seu controle e pela ilusão de completude e de transparência do que diz, há algo que falha, produz-se o equívoco. Isso é o que vemos ocorrer na apresentação e descrição dos verbetes propostos pelo Houaiss (2019).

Este, ao tempo em que, se colocando “como uma obra de referência, à disposição dos leitores, nos momentos de dúvidas e de desejo do saber” (NUNES, 2006, p. 11), traz em seu corpus os termos paralímpico e paralimpíada, legitimando, portanto, a existência desses termos, considera-os, ao tratar de sua etimologia como uma “malformação vocabular”. É nesse sentido que Nunes (2006) questiona a evidência

dos sentidos dos dicionários, mostrando que estes são constituídos a partir de determinadas condições de produção e numa relação indissociável com a história. Nas palavras do autor,

“o dicionário é produto de práticas exercidas em determinadas conjunturas [...] tem uma história, constrói e atualiza uma memória, reproduz e desloca sentidos, inscrevendo-se no horizonte dos dizeres historicamente constituídos. (Por esse motivo, é necessário) [...] questionar a evidência dos sentidos, das definições, das exemplificações, enfim dos mecanismos utilizados pelas tecnologias lexicográficas, e remetendo-os a suas condições históricas de aparecimento (NUNES, 2006, p. 18).

Além disso, o Houaiss (2019) afirma ainda, em sua proposta de descrição etimológica, que a palavra ‘paralimpiada’ é oriunda do inglês ‘*paralympiad*’, sendo este, por sua vez, resultante da junção de ‘*paraplegic*’ + ‘*olympiad*’, o que o caracteriza, portanto, como um processo de amálgama, mas ao justificar sua afirmação de que tanto o termo paralímpico como o termo ‘paralimpiada’ são resultados de uma “mal formação vocabular” parte do princípio de que se trata de um processo de prefixação e de que, sendo assim, deveria ser “o segundo *a* do pref. *par (a)-* (que) poderia cair no português, nunca o *o* inicial do segundo elemento do vocábulo” discursividade semelhante à utilizada pela Folha ao decidir não aderir aos termos paralímpico e paralimpiada, como mostramos na análise do primeiro recorte e o que corrobora com o argumento de que o sujeito “se identifica a um sentido ou outro, a uma posição ou outra, de modo a reproduzi-los como se fosse origem” (COSTA, 2014, p. 26).

Outro dicionário brasileiro que também traz tais entradas em sua versão online é o Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa:

**paralímpico**  
pa.ra.lim.pi.co  
adj **iss** V [paraolímpico](#)

---

ETIMOLOGIA  
gr *pará+olímpico*, como *ingl paralympic*.

**paralimpiada**  
pa.ra.lim.pi.a.da  
sf **iss** V [paraolimpiada](#)

---

ETIMOLOGIA  
gr *pará+olimpiada*, como *ingl paralympics*.

Como se percebe, este limita-se a apresentar como explicação etimológica do termo apenas o fato de que se trata da transliteração de uma palavra originária do inglês. No caso do dicionário ‘Aulete’ (dicionário contemporâneo da língua portuguesa) citado pela Folha, é importante salientar que embora este seja um instrumento linguístico que não traz em seu corpus os vocábulos acima mencionados, tais termos já são reconhecidos pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa e por outros dicionários lusos como é o caso do Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea (2001).

Mazière (2019, p. 125) lembra-nos que é o discurso que faz sentido e não a palavra e que o dicionário “é um instrumento engraçado, enganador sobre o sentido, mas implicado e revelador sobre a semântica, sobre os efeitos de deriva, de sinonímia e de indistinção”. Assim, para a autora, uma definição deve ser estudada como um discurso. Acerca disso, Pêcheux (2014) destaca que os sentidos das palavras não são estanques, mas determinados pelas posições ideológicas em jogo no processo sócio-histórico em que são produzidas e que tais sentidos tão pouco são transparentes, uma vez que, segundo Mariani (2004), são constituídos no interior das relações de que constituem a ordem social.

Dessa forma, ao trazer a proposta etimológica do termo ‘paralímpico’ e ‘paraolimpíada’ tanto o Houaiss (2019) quanto o Michaelis (2019), assim como todos os outros dicionários mencionados nesta pesquisa, que propõem aos termos ‘paralímpico’ e ‘paraolímpico’ uma origem etimológica, atribuem uma “origem” ao sentido da palavra, produzem um efeito de evidência, efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história na produção de sentidos, sendo o dicionário o instrumento de estabilização desse efeito de evidência, dessa ilusão de transparência da linguagem e de centramento do sujeito.

Como já mencionamos, antes de existir um comitê desportivo internacional destinado às pessoas com deficiência, os esportes e as competições que estes praticavam, em formato análogo ao das olimpíadas, circulava na mídia dos Estados Unidos sob diferentes nomeações, tais como: *Stoke Mandeville Games*<sup>18</sup>, *Wheelchair Olympics*, *Paraplegic Olympics* e *Paraplegic Games*, tendo este último ganhado mais popularidade (BAILEY, 2007). Segundo Brittain (2010), por ser um termo mais curto, mais fácil e mais interessante do que

'*Paraplegic Games*' ou, numa tradução livre, 'Jogos Olímpicos dos paraplégicos', foi que o termo *paralympic* se popularizou sendo posteriormente adotado pelo *International Paralympic Committee* – IPC.

Esse pequeno empreendimento pela história dos jogos nos permite perceber que, consoante Mariani (2011), o processo de naturalização dos sentidos se produz no jogo das práticas político-ideológicas e que uma vez institucionalmente definidas podem, de fato, assegurar a regularização de determinados sentidos, tendo os instrumentos linguísticos um papel decisivo nesse processo, se estabilizem ou produzam uma deriva de sentidos.

Importa ainda dizer que os termos *paralímpico* e *paralimpíada* passaram a circular, seja em sua versão oral ou escrita, na mídia, com exceção da Folha, e em documentos oficiais, inicialmente, em novembro de 2011 quando o agora Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB, lança as logomarcas oficiais dos jogos Olímpicos e Paralímpicos da Rio2016, e anuncia a mudança de nomenclatura, mas que estes só passam a circular mais fortemente a partir de 2016 ano dos jogos olímpicos e *paraolímpicos* ou *paralímpicos* de verão no Brasil. Nesse sentido, e considerando que a edição mais atualizada do VOLP é de 2009, é compreensível que tais termos não constassem no mesmo, conforme alega a Folha.

#### **4. Considerações finais**

Procuramos com esse trabalho fazer um empreendimento analítico sobre a decisão adotada pelo *Folha de S.Paulo* de não aderir ao uso dos termos 'paralímpico' e 'paralimpíada', recomendados pelos comitês nacional e internacional, para se referir aos jogos que ocorreriam em junho de 2016 no Rio de Janeiro. Assim, pela história das ideias linguísticas, e mobilizando como aporte teórico-metodológico a análise de discurso materialista, procuramos perceber de que ordem é essa disputa, entre a exigência de uma alteração ortográfica e sua não adesão pela Folha e pelo UOL.

Para tanto, iniciamos nosso percurso mostrando que o referido Jornal, inscrito em um discurso normativo, fala sobre a língua a partir de um certo lugar, o da norma, e de uma determinada posição, a do gramático. Nesse sentido, o jornal aponta elementos pautados em princípios normativos, gramaticais, que considera suficientes para

embasar sua decisão, produzindo para tanto a formulação “X pode ocorrer e Y não”. Vimos, no entanto, que pela ilusão do efeito de evidência, efeito da relação do sujeito com a língua e com a história, tem-se na justificativa da Folha a produção de um equívoco, uma deriva de sentido, pois ao mesmo tempo em que afirma embasar sua decisão em princípios normativos usa como justificativa elementos da ordem do uso.

Além disso, identificamos em discursividades como “nossa língua” e “natural no nosso idioma”, trazidas pela Folha, uma direção de sentidos que aponta para o entendimento da língua como um monumento (PFEIFFER, 2001), como um artefato do linguista (ORLANDI, 2013), um sistema de normas fechado, fixo, preciso e imóvel; em outras palavras, uma língua imaginária. Na busca por uma estabilização e normatização daquilo que pertenceria ou não pertenceria ao português brasileiro, a Folha toma todas as outras possibilidades de ocorrências pelo lugar do erro, do desvio à norma, do estranho à língua, do invasivo. Nesse sentido, a Folha ocupa, a partir de seu lugar discursivo, o da gramática, uma posição de ‘guardião da língua’ impossibilitando não apenas a ocorrência de paralímpico e paralimpíada, mas apagando também a historicidade do processo de constituição do português falado no Brasil e de sua possibilidade de variância.

Como já mencionamos, Silva (2001) dirá que os jornais possuem uma visão própria da língua, proveniente, segundo a autora, de uma experiência cotidiana assumida pelo jornal com a gramática do português no Brasil. Além disso, enquanto Instituição, “tomada como um espaço que produz a um só tempo unidade e legitimidade” (PFEIFFER, 2007, p. 19), que tem uma forma própria da escrita e do saber, a Folha toma elementos da gramática e os dicionários Houaiss e Aulete afirmando que estes não reconhecem os termos em questão. Como procuramos mostrar, enquanto instrumentos linguísticos determinados socio-historicamente, os dicionários, se não trazem os termos em sua versão impressa, os trazem em sua versão online, caso do Houaiss<sup>19</sup>, ou, no caso do Aulete, os termos já são reconhecidos pelo vocabulário ortográfico da língua portuguesa, caso do Aulete, dicionário lusófono.

Por fim, ao trazer os termos *paralímpico* e *paralimpíada* na evidência de que se tratava de um processo de prefixação houve na/pela

Folha a produção de um duplo apagamento/silenciamento. Primeiro apaga-se o fato de que o termo pode ser resultado de um processo de amálgama, o que, segundo Frandin (2015), não apresenta nenhum padrão fixo de composicionalidade uma vez que estes não se ajustam aos padrões regulares da morfologia e são dependentes da estrutura prosódica da palavra em cada língua e, que, portanto, poderiam fazer parte do léxico da língua portuguesa ainda que se partisse de uma posição normativa, gramatical. Por este apagamento, apaga-se a possibilidade da escolha entre dois usos, o que é da ordem do político e não do estritamente linguístico. Assim, a escolha por utilizar os termos ‘paraolímpico’ e ‘paraolimpíada’ poderia ser explicitamente colocada em termos de uma política de resistência à mundialização da língua inglesa, no entanto, procura-se justificá-la enquanto uma impossibilidade de haver outra forma que não a de ‘paraolímpico’ por um discurso normativo.

### **Referências Bibliográficas**

- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni Pucinelli Orlandi. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
- BAILEY, Steve. **Athlete First: A History of the Paralympic Movement**. England: Wiley, 2007.
- BALDINI, Lauro Jose Siqueira. 50 palavras em 5. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise (Org.). **Ideias linguísticas: formulação e circulação no período JK**. Rio de Janeiro, Faperj-Campinas, Editora RG, 2010.
- BRITAIN, Ian. **The Paralympic Games Explained**. New York, NY: Routledge, 2010.
- CORREIA, Margarita; LEMOS, Lucia San Payo. **Inovação lexical em português**. Lisboa: Colibri, 2005.
- COSTA, Greciely Cristina da. **Sentidos de milícia: Entre a lei e o crime**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
- FRADIN, Bernhard. Blending. In: Muller, Peter O; Ohnheiser, Ingeborg; Olsen, Susan; Rainer, Franz. **Word-Formation: An International Handbook of the languages of Europe**. Berlin/Boston: Walter de Gruyter, 2015.
- GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni, Puccinelli. **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 1996.

- INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE (IPC) (2019). **History and use of the term 'Paralympic'**. Disponível em: [https://m.paralympic.org/sites/default/files/document/121210151549984\\_2012\\_02+History+and+Use+of+Term+Paralympic.pdf](https://m.paralympic.org/sites/default/files/document/121210151549984_2012_02+History+and+Use+of+Term+Paralympic.pdf). Acesso em 10 de abril de 2019
- LOPES, Maraisa. **Folha**: do Manual ao Jornal ou do Jornalístico ao Pedagógico. Campinas, SP : 2012.
- MARIANI, Bethania; SOUZA, Tânia C.C de. Reformas Ortográficas ou Acordos Políticos? In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni, Puccinelli (Orgs). **Língua e cidadania**: o português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- MARIANI, Bethania. **Colonização Linguística**. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- MARIANI, Bethania. A redação do Código Civil: Polêmica linguística, jurídica ou política? In: LAGARES, Xoán Carlos; Bagno, Marcos (Org.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- MAZIÈRE, Francine. Entrevista com Francine Mazière. In: OLIVEIRA, Guilherme Adorno de; NOGUEIRA, Luciana. **Encontros na análise de discurso**: efeitos de sentido entre continentes. Campinas, SP: editora da Unicamp, 2019.
- MEDEIROS, Vanise. Jornal, arquivo e instrumento linguístico. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise (Org.). **Ideias linguísticas**: formulação e circulação no período JK. Rio de Janeiro, Faperj-Campinas, Editora RG, 2010.
- MIRANDA, Tatiane Jacusiel. **Você conhece os Jogos Paralímpicos?** Brasília, DF: Ellite Gráfica; Academia Paralímpica Brasileira; Comitê Paralímpico Brasileiro, 2013.
- NUNES, José Horta. **Dicionários no Brasil: análise e história**. Campinas, SP: Pontes Editores: Fapesp – São José do Rio Preto, SP: Faperp, 2006.
- ORLANDI, Eni P. O estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento linguístico. In: **Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, SP: Pontes, 2000.
- ORLANDI, Eni P. **Língua Brasileira e outras histórias**: Discurso sobre a língua e o ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009.
- ORLANDI, Eni P. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4ª Edição, Pontes Editores. Campinas, SP, 2012.

PECHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio; tradução: Eni Pucchinelli Orlandi et al. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PECHEUX, Michel. Papel da memória. IN: ACHARD, Pierre [et al.] **Papel da memória**. 4ª edição Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PFEIFFER, Claudia Castellanos. Escola e divulgação científica. In: GUIMARÃES, Eduardo. **Produção e circulação do conhecimento**: Estado, Mídia, Sociedade. Campinas, SP: Pontes Editores, 2001.

PFEIFFER, Claudia Castellanos. A linguística nas associações: um recorte discursivo de sua institucionalização. Uma questão de política linguística. In: ORLANDI, Eni. P (org.) **Política linguística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

PETRI, Verli; SCHERER, Amanda E. O funcionamento do político na produção de sentidos: o dicionário como trajeto de leitura... In: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele Stockmans (org.) **A análise do discurso e sua história**: Avanços e perspectivas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

ROJO, José Antônio Díaz. **Paralímpico**. 2003. Disponível em: [www.ucm.es/info/especulo/cajetin/paralimp.html](http://www.ucm.es/info/especulo/cajetin/paralimp.html). Acesso em: 03.12.2019.

SILVA, Telma Domingues da. Os manuais de Imprensa no Brasil: Da Redação à Circulação Pública. In: ORLANDI, Eni P (org). **História das Ideias Linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

SILVA, Mariza Vieira da. O dicionário e o processo de identificação do sujeito-analfabeto. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni, Puccinelli. **Língua e cidadania**: o português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996.

### Dicionários Consultados

Academia Brasileira de Letras. **Vocabulário ortográfico da língua portuguesa**. 5. ed. São Paulo: Global, 2009.

Academia Brasileira de Letras. **Vocabulário ortográfico da língua portuguesa**. Disponível em: < <http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>> Acesso em 06 set. 2019

Academia das ciências de Lisboa. **Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea**. Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, 2001.

Academia das ciências de Lisboa. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<https://volp-acl.pt/>> Acesso em 06. set. 2019.

BORBA, Francisco S e colaboradores. **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 2004.

ESPAÑHOLA, Real Academia. **Diccionario Panhispánico de Dudas**. Disponível em <<https://www.rae.es/recursos/diccionarios/dpd>> Acesso em 06. set. 2019.

FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5ª ed. Curitiba: Positivo, 2010

HERITAGE, American Inc. **The American Heritage Dictionary of the English Language**. 5. ed. Boston – New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2016.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#0>> Acesso em 06. set. 2019

**MICHAELIS**: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

**MICHAELIS**: moderno dicionário da língua portuguesa. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/>> Acesso em 06.set 2019.

OXFORD, University. **Oxford Advanced Learner's Dictionary**. 8. ed. New York: Oxford University Press, 2015.

OXFORD, University. **Oxford English Dictionary**. Disponível em <[https://www.lexico.com/en?search\\_filter=dictionary](https://www.lexico.com/en?search_filter=dictionary)> Acesso em 06. set. 2019.

PORTO, editora. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Porto, Portugal: Dicionários Editora, 2010.

## Notas

---

\* Doutorando em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Mestre em Letras pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Professor Assistente da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Membro do Projeto de Pesquisa “Imagens da Cidade: Discurso e Produção de Conhecimento” coordenado pela pesquisadora Grciely Costa (LABEURB/UNICAMP/FAPESP).

<sup>1</sup> Alguns jornais como o Globo apenas noticiam a mudança, acatando-a e naturalizando essa alteração ortográfica. Outros, como a BBC Brasil e o Estadão, apesar de trazerem algumas questões de ordem linguística acerca dessa mudança também adotam a nomenclatura oficial.

<sup>2</sup> link da matéria, em sua versão online: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/pasquale/2016/09/1811218-paraolimpiada-ou-paralimpiada.shtml>

<sup>3</sup> O cerne do debate trata, como mencionado, da questão da ortografia das palavras *paraolímpico/paralímpico* e *paralímpada/paraolimpíada*

<sup>4</sup> Além das múltiplas línguas indígenas existentes havia ainda circulando no Brasil à época da colonização línguas europeias, tais como o espanhol e o francês, o latim, línguas africanas além da própria língua portuguesa (cf. Mariani, 2004, p. 22).

<sup>5</sup> Aqui entendido não como um erro, mas numa perspectiva discursiva como a possibilidade de deriva de sentidos que irrompe na língua (Orlandi, 2012).

<sup>6</sup> dada a extensão desse artigo não trataremos aqui da discussão entre norma, regra e lei. sobre essa questão ler: Auroux, 1991 (*lois, normes et règles*) e Ferreira e Nogueira, 2016 (a colocação dos pronomes na gramática portuguesa de Júlio Ribeiro);

<sup>7</sup> Pensada não no sentido psicológico, de lembrança, mas discursivo, que se constitui pelo esquecimento onde algo fala antes, em outro lugar, independentemente, produzindo o efeito do já dito (PÊCHEUX, 2015).

<sup>8</sup> Embora entendamos que as questões de ordem gramaticais sejam já sempre constituídas pelo político.

<sup>9</sup> Silva (2001) destaca que desde o período do regime militar a *Folha de S. Paulo* alcança um certo ‘status’ político e que a própria publicação de seu manual de redação irá representá-la através de uma marca política.

<sup>10</sup> Compreendendo a referência a partir de uma perspectiva discursiva. aqui não precisaria – acho – esclarecer isso... pois é uma expressão... mas se decidir esclarecer, precisaria explicar o que é uma referência da perspectiva discursiva...

<sup>11</sup> O dicionário Houaiss e o dicionário Michaelis trazem as duas possibilidades de ocorrência em sua versão online. essa questão ainda será retomada e analisada neste trabalho.

<sup>12</sup> Assim como nos outros países lusófonos que têm comitê paralímpico.

<sup>13</sup> Embora a linguista Margarita Correia, à época, membro da Associação de Informação Terminológica – AiT (uma instituição portuguesa criada pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional e a Fundação da Universidade de Lisboa que funcionou como organismo coordenador e difusor de informação e documentação terminológicas daquele país), tenha elaborado a pedido do Instituto Português do Desporto e da Juventude – IPDJ, um parecer destacando que a grafia correta do termo deveria ser *paraolímpico* e não *paralímpico*.

---

<sup>14</sup> Que depende e é determinado pelas condições de produção de significação (Costa, 2014)

<sup>15</sup> there is no written evidence as to how, when, and by whom the term 'paralympic' was used for the first time, and what its original meaning was. it was probably first coined as a pun amalgamating the words 'paraplegic' and 'Olympic' (tradução nossa).

<sup>16</sup> The word “Paralympic” derives from the Greek preposition “para” (beside or alongside) and the word “Olympic”. (<https://www.paralympic.org/ipc/history>)

<sup>17</sup> Pela perspectiva que trabalhamos não diríamos natural, mas histórico, político e ideológico

<sup>18</sup> Hospital inglês em que os jogos foram realizados pela primeira vez.

<sup>19</sup> Ainda que seja para marcar que se trata de uma malformação o dicionário reconhece a existência do termo na língua portuguesa falada no Brasil.